

# ➤ REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL

## REGRAS DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Sérgio Werlang

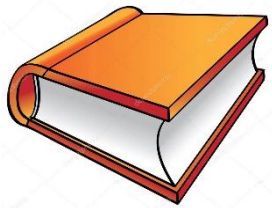
# Princípios da Nova Previdência

- **Desconstitucionalização** das regras de benefícios dos RPPS:
  - Regras gerais de organização dos RPPS (arts. 40, 149, 167, 249 e 251);
  - Regras de transição dos RPPS (arts. 3º ao 11);
  - Regras transitórias dos RPPS (arts. 12 ao 17).
- Garantia do **direito adquirido**;
- **Quem ganha menos, paga menos**;
- Garantir a **sustentabilidade do regime**;

# Competência Legislativa dos Entes Federativos

- Aplicam-se às **aposentadorias dos servidores e às pensões** concedidas aos dependentes dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional**, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.
- Para aplicar as regras da EC 103/2019: lei deverá referendar integralmente a EC e a revogação das normas constitucionais e emendas anteriores.

# Providências dos Entes Federativos



**Emenda** a Constituição Estadual ou à Lei Orgânica Municipal, com a definição da idade mínima para aposentadoria.



**Lei Complementar** para definição do tempo de contribuição e demais requisitos para aposentadoria e as aposentadorias especiais, inclusive para definição de funções de magistério.



**Lei Ordinária** para demais definições, como regras de cálculos, regra de pensão por morte, etc.

## Regras gerais dos RPPS

- O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica **limitado às aposentadorias e à pensão por morte.**
- Os afastamentos por **incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade** deverão ser pagos diretamente pelo ente federativo, juntamente a outros **benefícios de natureza estatutária.**
- **Alíquotas** de Contribuição dos Servidores iguais aos da União, majorados para **14,00%.**

# Regras gerais dos RPPS

Servidores públicos podem ser aposentados:

- voluntariamente;
- por incapacidade permanente para o trabalho, **quando insuscetível de readaptação**;
- compulsoriamente, conforme idade estabelecida na lei complementar.

As idades mínimas serão ajustadas, sempre que houver aumento na expectativa de sobrevida da população brasileira, na forma estabelecida para o RGPS.

## Regras gerais dos RPPS

- As aposentadorias dos RPPS não serão **inferiores ao salário-mínimo e nem superiores ao teto do RGPS.**
- A **pensão por morte** observará o rol dos beneficiários, a qualificação e os requisitos necessários para enquadramento dos dependentes, e o tempo de duração da pensão previstos para o RGPS. **Poderá ser inferior ao salário-mínimo.**
- A **aposentadoria** concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrentes de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, **acarretará o rompimento do vínculo** que gerou o referido tempo de contribuição.

## Regras gerais dos RPPS

- Conceito de **equilíbrio financeiro e atuarial** como a *garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, **evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.***
- O abono de permanência passa a ter até o **valor máximo da contribuição** e será pago quando atingidos os **critérios estabelecidos pelo ente federativo.**



## Regras gerais dos RPPS

- Reforça a vinculação dos detentores de mandato eletivo no RGPS.
- Obriga os **entes que tiverem RPPS a instituírem regime de previdência complementar**, podendo ser administrado por entidade fechada criada pelo ente federativo ou, mediante licitação, por outra entidade fechada ou aberta de previdência complementar.

# Financiamento do RPPS

- Previsão de **contribuição ordinária e extraordinária** do ente federativo.
- Previsão de **contribuição ordinária e extraordinária dos servidores**, aposentados e pensionistas, podendo ser alíquotas progressivas ou escalonadas.
- Aposentado e pensionista contribui sobre o que ultrapassa o teto do RGPS.
- Alíquota **não poderá ser inferior à alíquota da União (14%)**, exceto se **comprovado que não há déficit** que o ente poderá reduzir a alíquota até os valores cobrados pelo RGPS.

## Financiamento do RPPS

- A contribuição extraordinária dos servidores, aposentados e pensionistas dependerá da comprovação de existência de déficit atuarial e será exclusiva para sua amortização, por prazo determinado.
- A alíquota extraordinária **poderá ser diferenciada** pela condição de servidor ativo, aposentado ou pensionista, histórico contributivo, **regra de cálculo do benefício ou valor recebido**.
- Excepcionalmente, **a lei complementar** poderá autorizar a **ampliação da base de cálculo para contribuição extraordinária** do aposentado e pensionistas incidir sobre a parcela que **supere um salário mínimo**.

## Limitações das incorporações e remuneração variável

- Nos casos de **jornada variável ou vantagens permanentes variáveis**, para definição da remuneração do servidor público, deverá ser feita **média aritmética dos últimos 10 anos**;
- No caso de **incorporação de parcelas temporárias** ou adicionais de caráter individual, o valor que **integrará a remuneração do servidor público** será na proporção de **1/30 avos a cada ano de contribuição**, contínuo ou intercalado.
- É vedada **a incorporação de** vantagens de caráter temporário ou vinculado ao exercício de **função de confiança ou de cargo em comissão** à remuneração do cargo efetivo (§9º Art.39.)

## Fortalecimento dos RPPS

- Vedação constitucional para utilização dos recursos previdenciários com outra finalidade que o pagamento dos benefícios do respectivo fundo.
- Vedação das transferências voluntárias aos entes que descumprirem as normas gerais dos RPPS.
- **Possibilidade de vinculação de receitas de impostos estaduais e municipais para pagamento de débitos e contribuição aos RPPS.**

## ☐ **Evolução das Regras Concessão de Benefícios para os Servidores Públicos**

**❑ Emenda Constitucional nº 20/1998:**

- Fixou as Idades Mínimas e o Tempo de Contribuição para as Aposentadorias:**
- Homens: 35 Contribuição e 60 de idade;**
- Mulheres: 30 Contribuição e 55 de idade;**
  - Magistério: 05 anos a menos na idade e no tempo de contribuição;**
- Limitou o valor das aposentadorias a Última Remuneração no Cargo Efetivo.**

❑ **Emenda Constitucional nº 20/1998:**

- **Limitou o Valor da Pensão: 100% do valor da aposentadoria até o teto do RGPS, mais 70% do que exceder o valor do teto;**
- **Aposentadoria com paridade e integralidade;**
- **Exigência do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.**



## ❑ **Emenda Constitucional nº 41/2003:**

- **Limitou o valor das aposentadorias a Média dos Salários de Contribuição – 80% do período contributivo.**
- **Estipulou alíquotas de contribuição para os servidores – 11,00%;**
- **Acabou com a Integralidade e a paridade;**

## **❑ Emenda Constitucional nº 47/2005:**

- Criou regra de transição para os servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998;**
- Um ano a mais de contribuição, diminui um ano na idade mínima para a aposentadoria;**
- Regra dos 85 – 95 pontos.**

## ❑ **Emenda Constitucional nº 103/2019:**

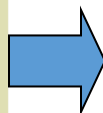
- **Elevou as Idades Mínimas e Tempo de Contribuição para a Aposentadoria;**
- **Limitou o valor das aposentadorias à média de todo o período contributivo dos servidores;**
- **Aumentou o tempo de contribuição para a aposentadoria integral – 100% da média;**
- **Acabou com a aposentadoria por idade;**
- **Criou novas regras para a concessão e a distribuição do valor das pensões;**
- **Elevou a Contribuição dos Servidores para 14,00%.**

# **Regras Concessão de Benefícios existentes antes da Emenda Constitucional nº 103/2019;**

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 20/98 – 16/12/1998.**

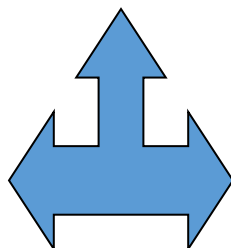
**APOSENTADORIA  
VOLUNTÁRIA OU  
POR TEMPO DE  
CONTRIBUIÇÃO**



#### **REQUISITOS BÁSICOS**

**10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo.**

**PROVENTOS INTEGRAIS:**  
Homens: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição.  
Mulheres: 55 anos de idade 30 anos de contribuição.



#### **PROVENTOS PROPORCIONAIS:**

**Alcançada a idade mas não o tempo de contribuição:**

**Homens: 65 anos de idade**

**Mulheres: 60 anos de idade**

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 20/98 – 16/12/1998.**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL,  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA,  
COM PROVENTOS INTEGRAIS:**

**Homens: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.**

**Mulheres: 50 anos de idade e 25 anos de contribuição.**

## **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL BENEFÍCIOS**

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 20/98 – 16/12/1998.**

#### **REGRAS DE CÁLCULO**

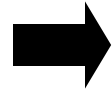
- **Proventos de aposentadorias corresponderão à totalidade da remuneração;**
- **Proventos de aposentadorias não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para o cálculo da pensão;**
- **Paridade com servidores ativos.**

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS SOB A ÉGIDE DA EMENDA 20/98**

*(benefícios concedidos ou com o direito assegurado)*

**APOSENTADORIA POR  
INVALIDEZ**



**Proventos proporcionais ao tempo de  
contribuição, exceto se decorrente de  
acidente em serviço, moléstia profissional ou  
doença grave, especificada em lei.**

**APOSENTADORIA  
COMPULSÓRIA**



**Aos 70 anos de idade,  
com proventos proporcionais.**



**APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 20/98 –  
16/12/1998.**

**APOSENTADORIA POR IDADE**

**Requisitos:**

- 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.
- Homem: 65 anos.                      → Mulher: 60 anos.

**Valor do benefício:**

- Cálculo pela média aritmética simples dos maiores Salário-de-Contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo (sem “integralidade”, ou seja, sem vinculação à última remuneração do cargo; CF - artigo 40, §§ 3º e 17; Lei 10.887/2004 - artigo 1º).

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS SOB A ÉGIDE DA EMENDA 41/03** (Regras permanentes - Art. 40 e §§ da CF com redação da EC 41/03)

**MANTEM:**



- Os 3 tipos de aposentadoria;
- A aposentadoria diferenciada dos professores do ensino fundamental.

**TERMINA :**



- com a integralidade no cálculo;
- com a paridade com os ativos, substituindo-a pelo reajuste dos benefícios, visando a preservação do valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

**A BASE DE CÁLCULO =**

**MODIFICA :**

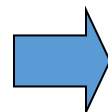


**As remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor observado o disposto no art. 201 da CF.**

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 41/2003 – 01/01/2004.**

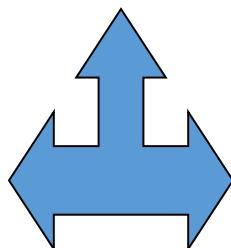
**APOSENTADORIA  
VOLUNTÁRIA  
OU POR TEMPO  
DE CONTRIBUIÇÃO**



#### **REQUISITOS BÁSICOS**

**10 anos de efetivo exercício no serviço público  
e 5 anos no cargo.**

**PROVENTOS INTEGRAIS:**  
Homens: 60 anos de idade e  
35 anos de contribuição.  
Mulheres: 55 anos de idade 30  
anos de contribuição.



#### **PROVENTOS PROPORCIONAIS:**

**Alcançada a idade mas não  
o tempo de contribuição:**  
Homens: 65 anos de idade  
Mulheres: 60 anos de idade

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 41/2003 – 01/01/2004.**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL,  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA,  
COM PROVENTOS INTEGRAIS:**

**Homens: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.**

**Mulheres: 50 anos de idade e 25 anos de contribuição.**

## **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS**

### **APOSENTADORIAS SOB A ÉGIDE DA EMENDA 41/03** (Regras permanentes - Art. 40 e §§ da CF com redação da EC 41/03)

#### **NOVA REGRA DE CÁLCULO**

- No cálculo dos proventos de aposentadoria será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo, desde 07/1994, ou desde a data de início da contribuição, se posterior àquela competência;
- As remunerações consideradas no cálculo inicial dos proventos terão seus valores atualizados de acordo com a variação integral do INPC.

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### **APOSENTADORIAS - REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 41/2003 – 01/01/2004.**

#### **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

##### **Valor do benefício:**

→ Cálculo pela média aritmética simples dos maiores Salário-de-Contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo (sem “integralidade”, ou seja, sem vinculação à última remuneração do cargo; CF - artigo 40, §§ 3º e 17; Lei 10.887/2004 - artigo 1º).

→ Proventos integrais (100% da base de cálculo), com limitação à remuneração do cargo efetivo.

## REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS

### REGRA PERMANENTE A PARTIR DA EMENDA 41/2003 – 01/01/2004.

#### PENSÃO POR MORTE

**Constituição:** artigo 40, § 7º.

**Fundamento:** Óbitos ocorridos a partir de 20.02.2004 (data de publicação da Medida Provisória 167/2004 - convertida na Lei 10.887/2004).

**Valor do benefício:**

→ **Se o servidor falecido estava aposentado:** Totalidade dos proventos, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 70% da parcela que exceder esse limite.

→ **Se o servidor falecido estava em atividade:** Totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo do RGPS, acrescido de 70% da parcela que exceder esse limite.

## **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS**

### **REGRAS TRANSITÓRIAS – SERVIDORES ADMITIDOS ATÉ 16/12/1998 – EC Nº 47/2005.**

#### **→ Requisitos:**

**→ Ingresso no serviço público até 16.12.1998.**

**→ 25 anos de serviço público, 15 anos na carreira e 5 anos no cargo.**

**→ Homem: 35 anos de contribuição.**

**→ Mulher: 30 anos de contribuição.**

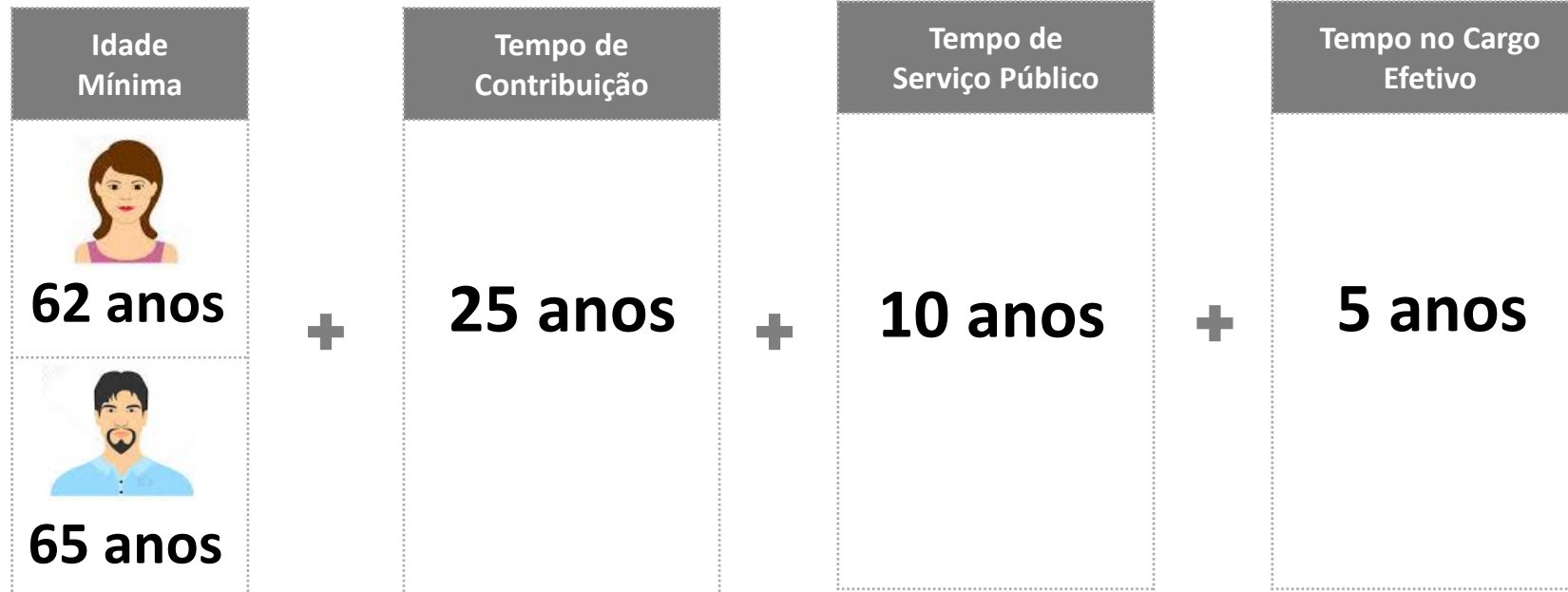
**→ Idade mínima resultante da redução, em relação à idade mínima da regra permanente (homem - 60; mulher - 55), de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os 35 ou 30 (regra 95 - homem / 85 - mulher).**



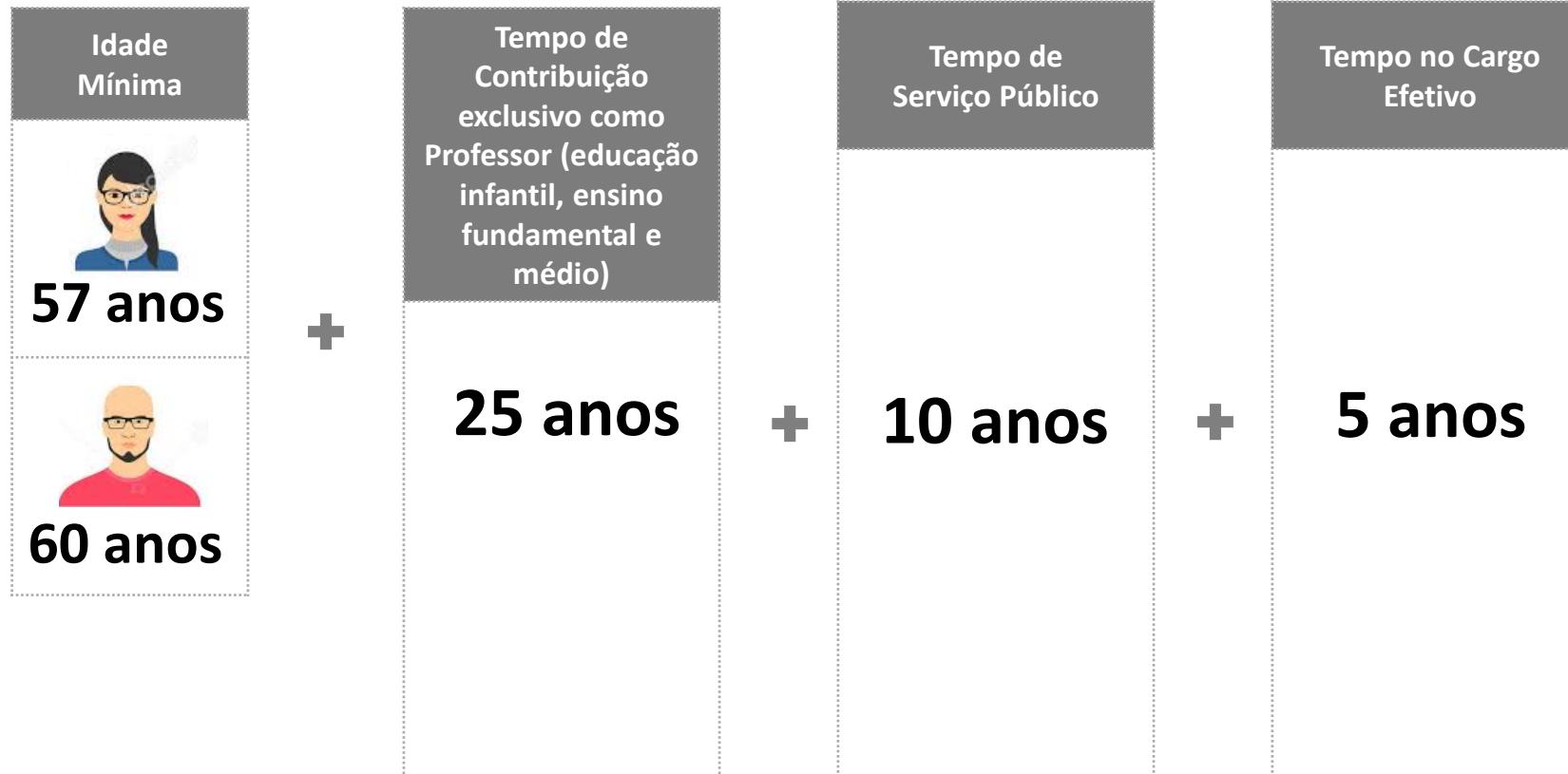
❖ Regras de Concessão dos Benefícios para os RPPS, **a partir da Emenda Constitucional nº 103/2019.**

- Aplicado Unicamente aos Servidores da União até que Estados e Municípios alteram sua legislação adotando as mesmas, ou regras similares de concessão dos Benefícios;
- Elegibilidade, Regras de Transição; Fórmula do Cálculo dos Proventos: a critério de cada Ente Federativo;
- **Idade Mínima: Emenda a Lei Orgânica Municipal;**
- Tempo de Contribuição: **Lei Complementar Municipal;**
- Cálculo de Proventos e de Pensões: **Lei Complementar Municipal ou lei Ordinária Municipal.**

# Aposentadoria dos servidores em geral



# Aposentadoria dos professores



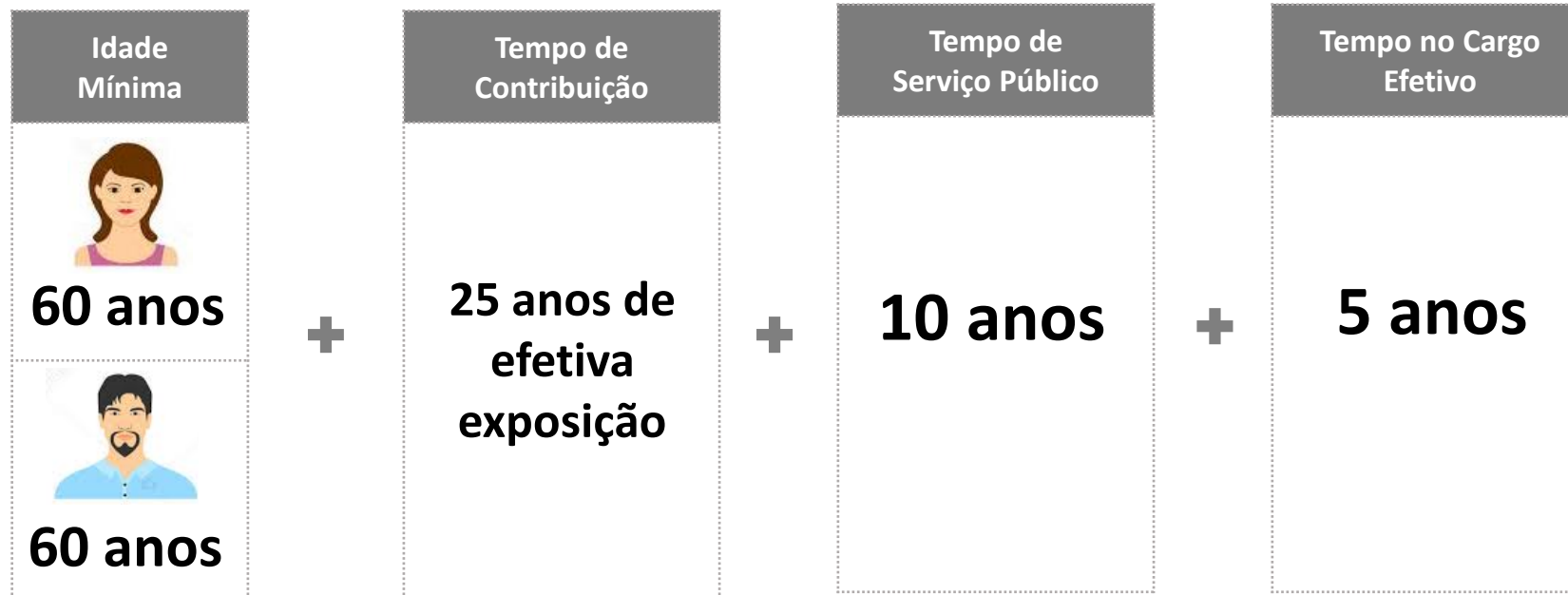
# Aposentadoria dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos



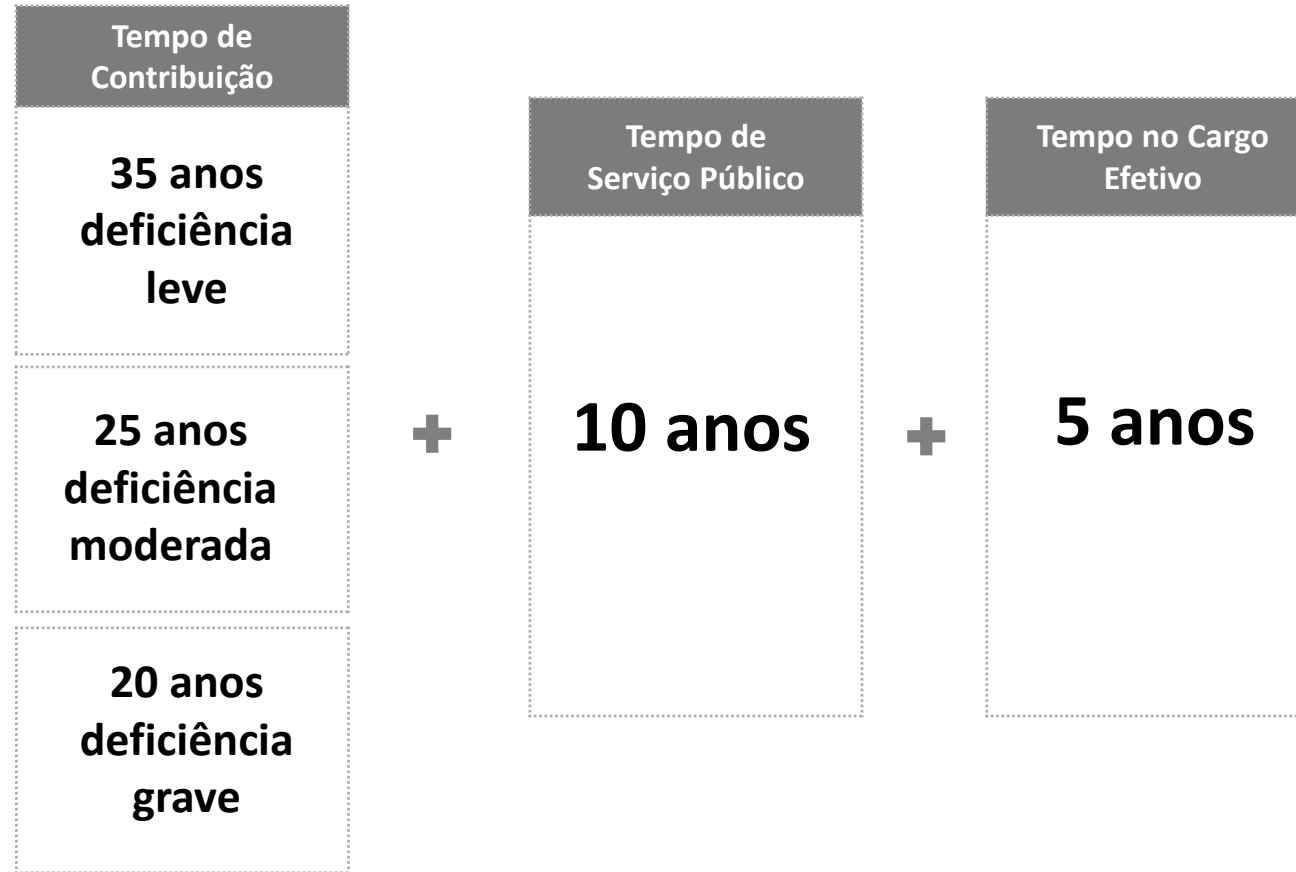
## Aplica-se aos:

- Policiais Federais;
- Policiais Rodoviários Federais;
- Policiais Ferroviários Federais;
- Policiais Cíveis;
- Policiais Legislativos Federais;
- Agentes Penitenciários; e
- Agentes Socioeducativos.

# Aposentadoria dos servidores expostos à agentes químicos, físicos e biológicos



# Aposentadoria dos servidores com deficiência



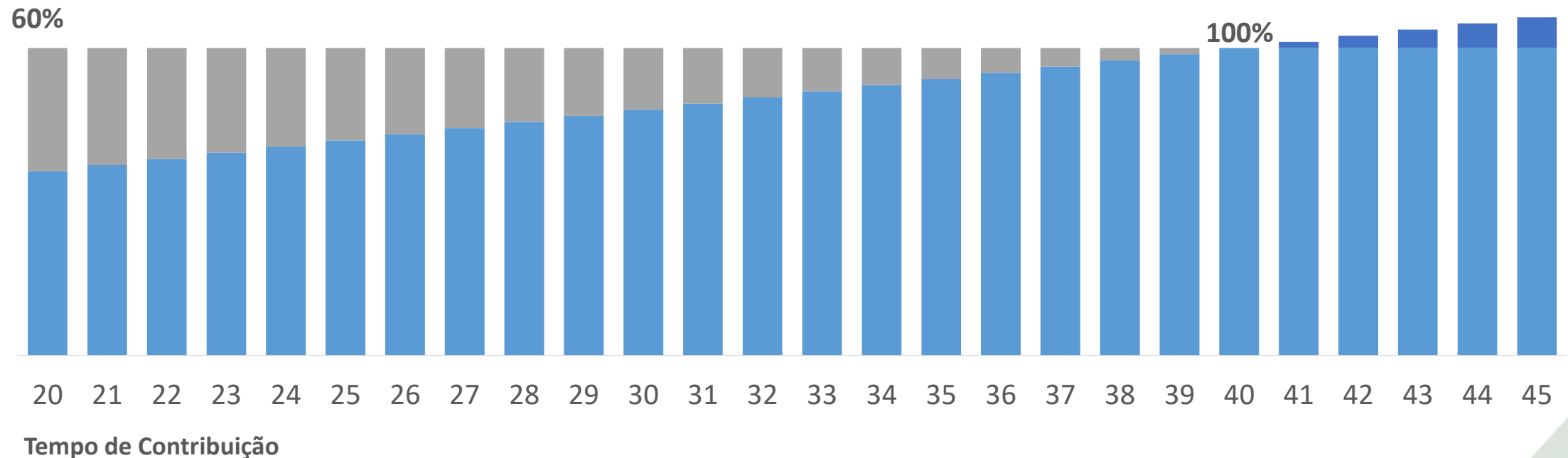
## Outras aposentadorias

Por **incapacidade permanente para o trabalho**, desde que insuscetível de readaptação;

Compulsoriamente **aos 75 anos de idade**.

## Regra de cálculo das aposentadorias

Corresponderão a **60% da média** de todas as remunerações **acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos** de contribuição.

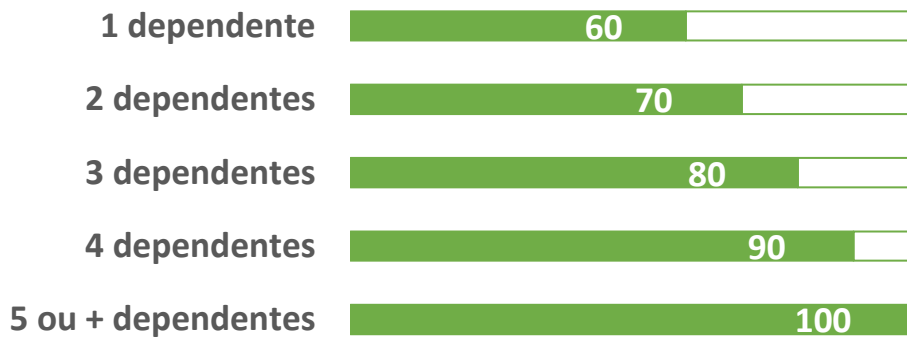


Servidores com deficiência e os que se aposentarem por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho: proventos serão de 100% da média.



## Pensão por Morte

Cota familiar de **50% mais 10% por dependente**, calcula sobre o **valor da aposentadoria** ou do valor que o servidor **teria direito na aposentadoria por incapacidade permanente**.



Não há reversão de cotas, exceto quando houver mais de 5 dependentes;

O tempo de duração, rol de dependentes e condições para enquadramento segue o RGPS.

## ❑ O tempo de duração das pensões:

❖ Mínimo de 18 meses de contribuição e 2 anos de casamento ou união estável:

➤ Limite de tempo do benefício de acordo com a idade do cônjuge na data do óbito:

Até 20 anos de idade: 3 anos;

➤ Entre 21 e 26 anos de idade: 6 anos;

➤ Entre 27 e 29 anos de idade: 10 anos;

➤ Entre 30 e 40 anos de idade: 15 anos;

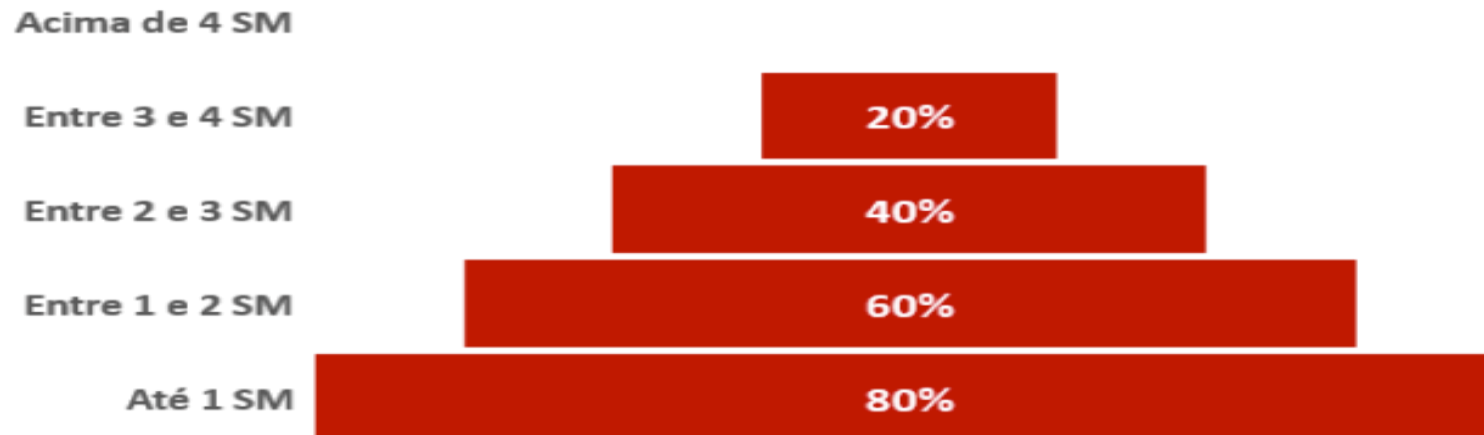
➤ Entre 41 e 43 anos de idade: 20 anos;

➤ A partir dos 44 anos de idade: Vitalícia.

❖ Contribuição inferior a 18 meses e menos de 2 anos de casamento ou União Estável: 4 meses

# Acumulação de benefícios

- Apenas **aposentadorias decorrente de cargos acumuláveis** podem ser acumuladas;
- **Veda acumulação de pensão deixada por cônjuge** e companheiro no RPPS;
- Na acumulação de mais de uma pensão ou de aposentadoria e pensão no RPPS, ou entre o RPPS e o RGPS ou entre RPPS e militares:
  - é assegurado o **recebimento integral do benefício mais vantajoso**;
  - e uma parte dos demais benefícios:



Aposentadoria	R\$ 12.000,00				
Pensão	R\$ 8.000,00				
R\$ -	R\$ 998,00	80%	R\$ 798,40		
R\$ 998,01	R\$ 1.996,00	60%	R\$ 598,80		
R\$ 1.996,01	R\$ 2.994,00	40%	R\$ 399,20		
R\$ 2.994,01	R\$ 3.992,00	20%	R\$ 199,60		
			R\$ 1.996,00		
			<b>Total</b>	<b>R\$ 13.996,00</b>	
			Antes	R\$ 20.000,00	



Aposentadoria	R\$ 8.000,00				
Pensão	R\$ 3.500,00				
R\$ -	R\$ 998,00	80%	R\$ 798,40		
R\$ 998,01	R\$ 1.996,00	60%	R\$ 598,80		
R\$ 1.996,01	R\$ 2.994,00	40%	R\$ 399,20		
R\$ 2.994,01	R\$ 3.500,00	20%	R\$ 101,20		
			R\$ 1.897,60		
			<b>Total</b>	<b>R\$ 9.897,60</b>	
			Antes	R\$ 11.500,00	

Aposentadoria	R\$ 11.500,00				
Pensão	R\$ 12.500,00				
Pensão	R\$ 7.000,00				
R\$ -	R\$ 998,00	80%	R\$ 798,40		
R\$ 998,01	R\$ 1.996,00	60%	R\$ 598,80		
R\$ 1.996,01	R\$ 2.994,00	40%	R\$ 399,20		
R\$ 2.994,01	R\$ 3.992,00	20%	R\$ 199,60		
			R\$ 1.996,00		
			<b>Total</b>	<b>R\$ 16.492,00</b>	
			Antes	R\$ 31.000,00	



# Regras de Transição dos RPPS

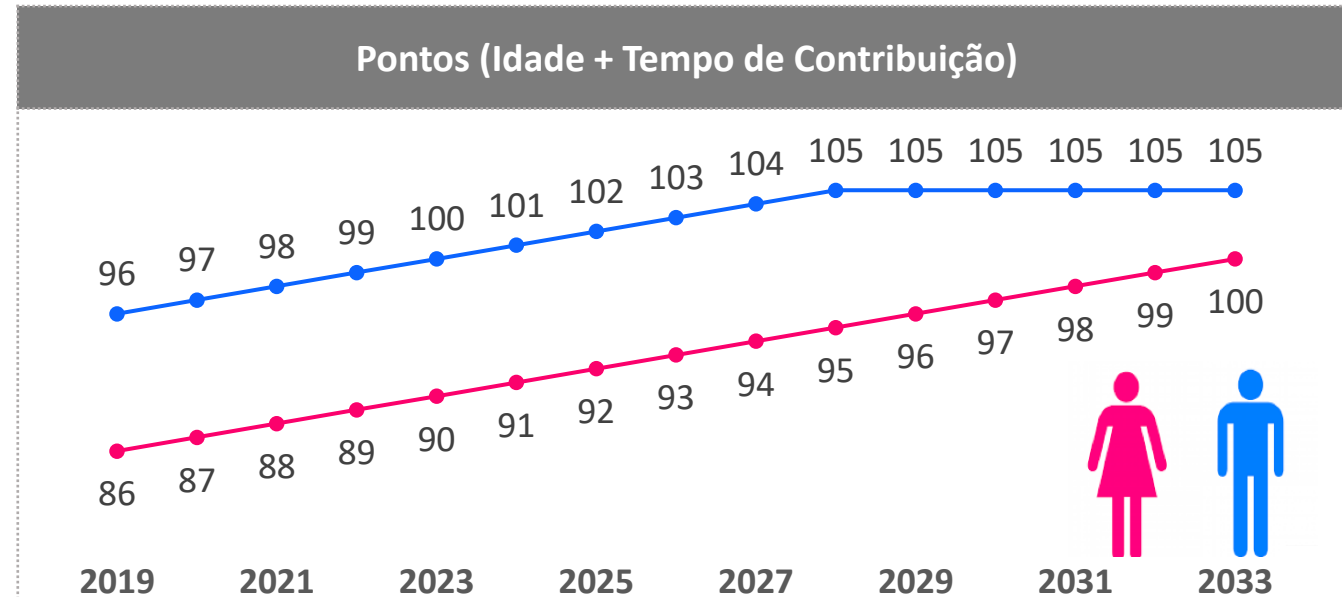
# Aposentadoria dos servidores em geral

Idade Mínima	Tempo de Contribuição
<div>61 62</div> <div>2019 2022</div>	 35 anos
<div>56 57</div> <div>2019 2022</div>	 30 anos

+

Tempo de Serviço Público	Tempo de Cargo
20 anos	5 anos



+



## Regra de Cálculo de Benefício

<b>Ingresso até 31/12/2003</b>	Mantida integralidade aos 65 anos(homem) e 62 (mulher).
<b>Ingresso após 31/12/2003</b>	(60% + 2%) mesmo critério do RGPS (teto do RGPS aplicado após a criação da previdência complementar).

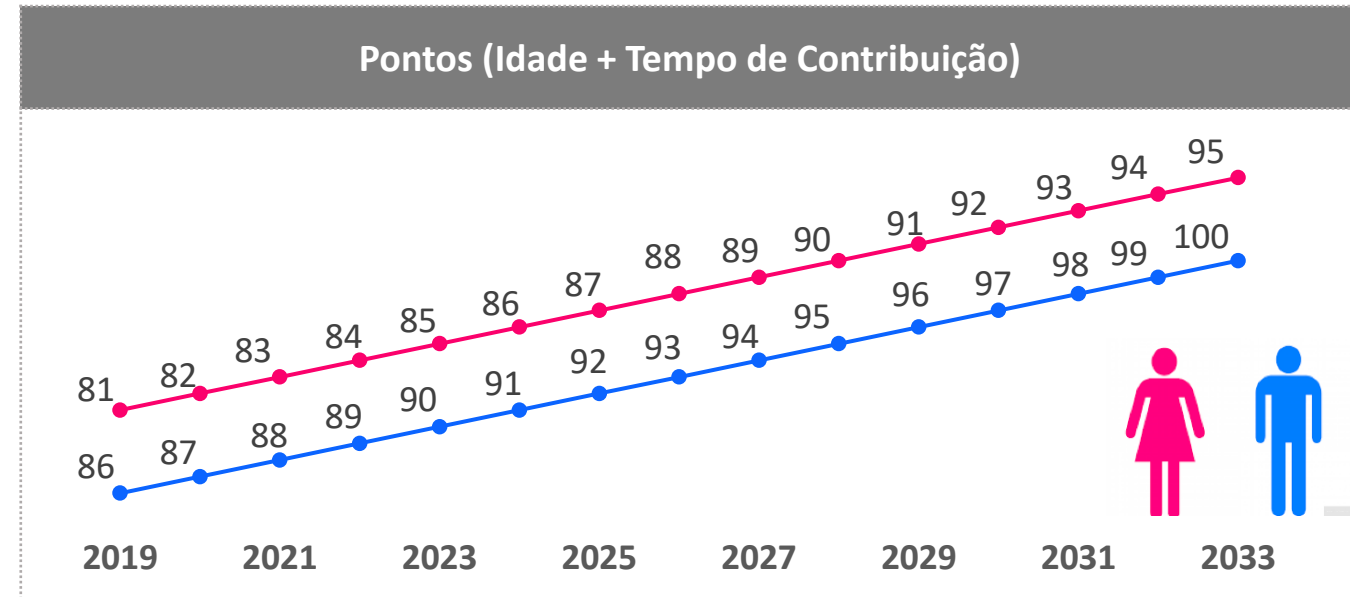
# Aposentadoria dos professores

Idade Mínima	Tempo de Contribuição como Professor
<div>56 57</div> <div>2019 2022</div>	 30 anos
<div>51 52</div> <div>2019 2022</div>	 25 anos

+

Tempo de Serviço Público	Tempo de Cargo
20 anos	5 anos

+



## Regra de Cálculo de Benefício



**Ingresso até 31/12/2003**

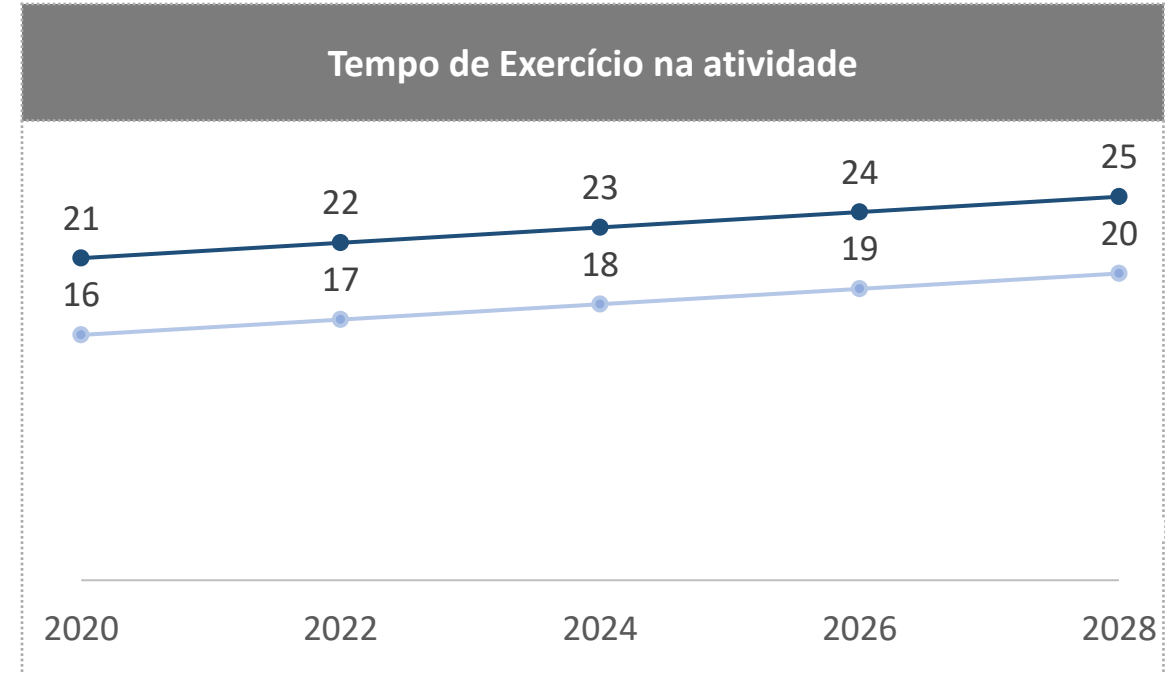
Mantida integralidade aos 60 anos para ambos os sexos.

**Ingresso após 31/12/2003**

(60% + 2%) mesmo critério do RGPS (teto do RGPS aplicado após a criação da previdência complementar).

# Aposentadoria dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos

Classe		Idade Mínima	Tempo de Contribuição	Tempo de Exercício *
Policiais		55 anos	30 anos	20 anos
			25 anos	15 anos
Agentes		55 anos	30 anos	20 anos
			25 anos	



## Regra de Cálculo de Benefício

**Ingresso até implementação da previdência complementar**

Mantida integralidade para ambos os sexos.

**Ingresso após implementação da previdência complementar**

60% + 2% mesmo critério do RGPS (teto do RGPS aplicado após a criação da previdência complementar).



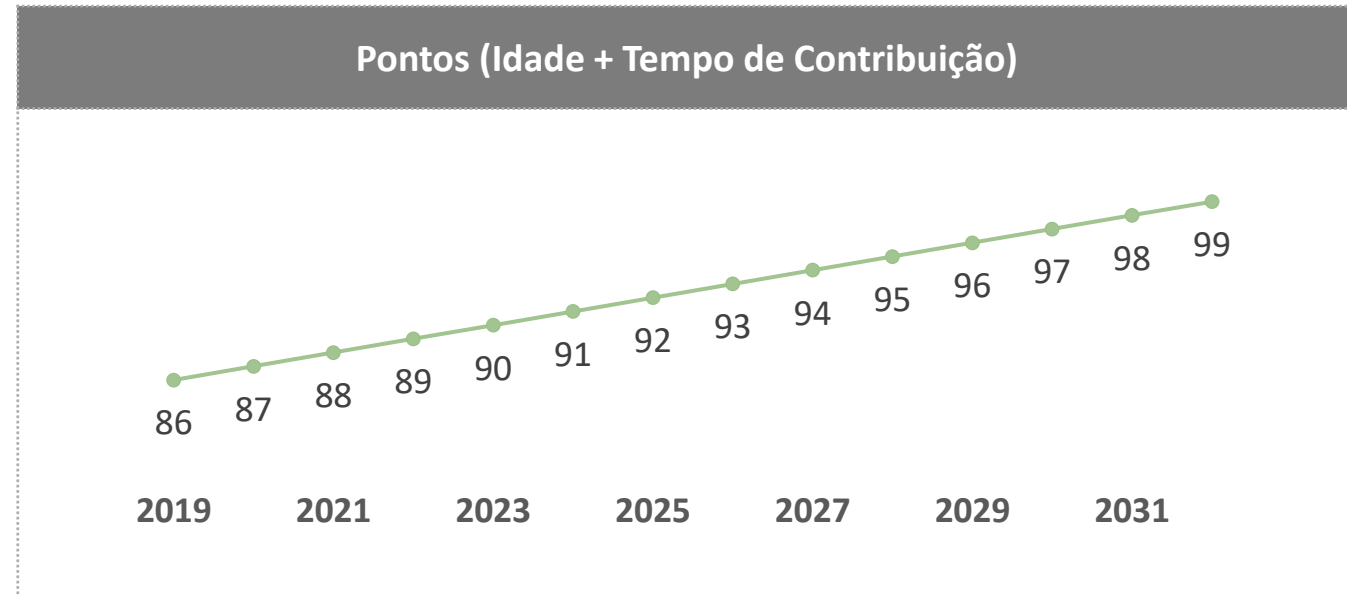
# Aposentadoria dos servidores exposto a agentes químicos, físicos e biológicos

Tempo de Contribuição	
	25 anos de efetiva exposição
	25 anos de efetiva exposição

+

Tempo de Serviço Público	Tempo de Cargo
20 anos	5 anos

+



## Regra de Cálculo de Benefício

<b>Ingresso até 31/12/2003</b>	Mantida integralidade aos 60 anos para ambos os sexos.
<b>Ingresso após 31/12/2003</b>	60% + 2% mesmo critério do RGPS (teto do RGPS aplicado após a criação da previdência complementar).

# Aposentadoria dos servidores com deficiência



Tempo de Contribuição	
35 anos deficiência leve	
25 anos deficiência moderada	
20 anos deficiência grave	

+

Tempo de Serviço Público	Tempo de Cargo
20 anos	5 anos

Regra de Cálculo de Benefício	
Ingresso até 31/12/2003	Mantida integralidade.
Ingresso após 31/12/2003	100% da média aritmética de todo período contributivo.

# Aposentadoria dos detentores de mandato eletivo

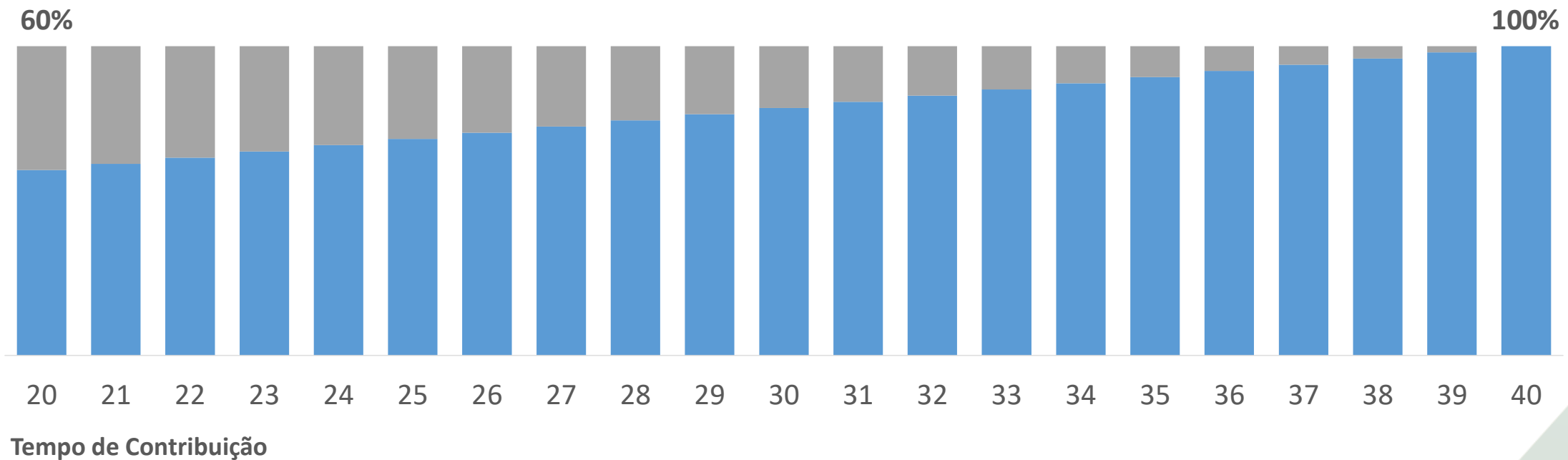
Idade Mínima	Tempo de adicional
 65 anos	Pedágio de 30% do tempo que falta para atingir direito à aposentadoria
 62 anos	



Novos eleitos
Vínculo obrigatório ao RGPS

## Regra de cálculo das aposentadorias

Corresponderão a **60% da média** de todas as remunerações **acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos** de contribuição.





*e-mail:* [sergio.werlang@mtp.gov.br](mailto:sergio.werlang@mtp.gov.br)  
*Tel:* +55 54.99113.6933